

UMA AVENTURA PARLAMENTAR

Cumprindo a tradição, a Assembleia da República, em articulação com o Ministério da Educação e o Instituto Português da Juventude, levou novamente a bom porto o programa *Parlamento dos Jovens*. Às escolas do Ensino Básico coube, desta vez, debater e apresentar soluções para a problemática da *Violência em Meio Escolar*.

Ultrapassadas, nos estabelecimentos de ensino participantes, as etapas ligadas à discussão do tema, processo eleitoral, sessão escolar e encontros com parlamentares da Assembleia da República, este ano, os deputados presentes na sessão distrital do Porto depositaram nas mãos dos colegas da E.B. 2,3 de Paredes, E.B. 2,3 Sofia de Mello Breyner, E.S.3C.E.B. Abel Salazar, Externato Casa Mãe e Externato Vila Meã a difícil tarefa de defender, na sessão nacional, o projeto de recomendação do nosso distrito. O deputado Rui Miranda, cabeça de lista da minha escola, a E.B. 2,3 de Paredes, foi selecionado para ser o porta-voz do Porto.



No dia 2 de maio, após um despertar madrugador, partimos de Paredes por volta das 7h30 em direção a Aradas para recolher os deputados do círculo de Aveiro.



Durante a viagem, pairava no ar o nervosismo e a excitação de quem desejava, de forma digna, honrar o compromisso assumido. Entretanto, jovens e professores dos dois distritos, encetavam os primeiros contactos.

Pelas 13h15 chegámos a Lisboa. A famosa luminosidade da capital fora substituída por um céu cinzento, de onde

vertiam grossas gotas de chuva que incomodavam os transeuntes. A comitiva apressou-se a entrar nas instalações da Assembleia da República para cumprir as primeiras formalidades, pois o início dos trabalhos estava previsto para as 14h00.

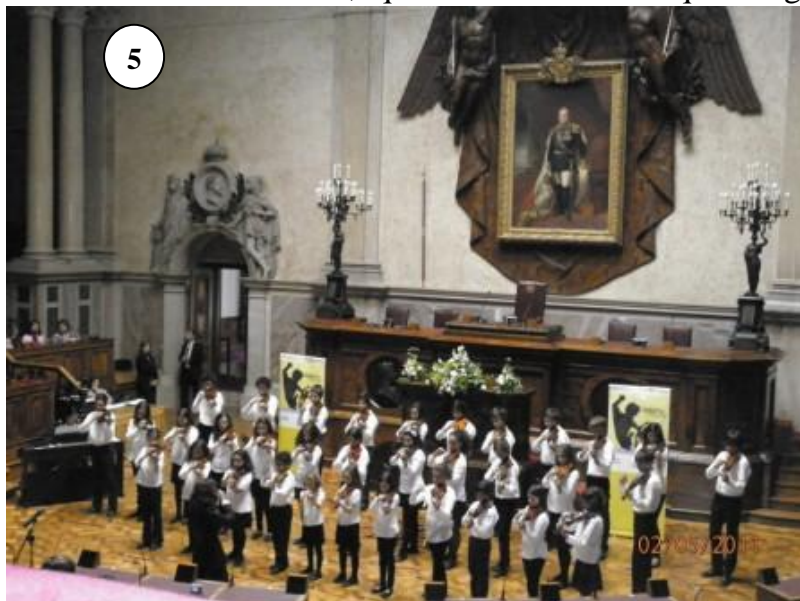
Os jovens deputados dos diferentes círculos eleitorais distribuíram-se pelas quatro comissões e iniciaram os debates. Na comissão 1, onde nós nos encontrávamos, foram discutidos os projetos de recomendação de Braga, Beja, Castelo Branco, círculo da Europa, Porto, Santarém e Viana do Castelo. Quais sofistas da era moderna, a argumentação arguta foi a arma que usaram para se defenderem e contra-atacarem as medidas adversárias relacionadas com a matéria em discussão, sob o olhar interessado e às vezes divertido das duas congéneres da mesa: Helena Rebelo (PS) e Heloísa Apolónia (PEV) e do assessor Joaquim Ruas. Na assistência, os professores responsáveis torciam pelos seus. No final, esta comissão, de cinco medidas possíveis a levar a plenário no dia seguinte, aprovou quatro, bem como as três perguntas a dirigir aos deputados parlamentares.



Jornalistas e professores acompanhantes, com uma agenda mais flexível, enquanto decorriam os trabalhos nas comissões, tiveram a oportunidade de fazer uma visita guiada a alguns dos espaços mais emblemáticos do Palácio de S. Bento, outrora um convento beneditino. Durante este périplo, entre outras informações, foram-nos dadas explicações sobre as pinturas que decoram as paredes do Salão Nobre e Sala dos Passos Perdidos. Nelas identificámos grandes heróis da nossa História: destemidos



marinheiros dos tempos das Descobertas, políticos e intelectuais que brilharam nas cortes e sessões parlamentares de tempos idos. Curioso foi estar sentado na Sala das Sessões, sítio de ativa disputa político-partidária que nos habituámos a ver no ecrã da televisão e que o redimensiona e nos faz crer ser maior do que realmente é, mas que agora, temporariamente, se encontrava silencioso e vazio. O seu valor simbólico não nos deixou indiferentes, qual local de culto que exige respeito e devoção, assim



escutámos atentos as palavras da guia que nos inteirou sobre as particularidades de tão nobre e importante espaço.

Concluídas as tarefas, foi hora de descontrair. Após o lanche, fomos brindados, na Sala do Senado, com um concerto pela orquestra “Os Pequenos Violinos da Metropolitana” que

surpreendeu a audiência, não só pelo elevado talento de execução, mas também pela tenra idade de alguns músicos. Seguiu-se o jantar nos claustros do Palácio de S. Bento e, no final deste, rumámos até ao complexo turístico do Inatel, em Oeiras, onde ficámos alojados. O descanso era merecido e havia necessidade de recuperar energias para a jornada seguinte que se afigurava longa.

O dia 3 de maio apresentou-se, logo de manhã, com um sol radioso que espelhava o Tejo e acalentava quem tinha pela frente a árdua tarefa de selecionar e aprovar dez propostas para combater o fenómeno da violência em meio escolar. Pelas 10h15, o Sr. Presidente da Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República então demissionária, abriu a sessão parlamentar dos jovens. Na sua alocução inicial destacou o número crescente de escolas que, anualmente, vêm engrossando a lista de participantes; a importância do debate e do diálogo, bem como a oportunidade que este projeto dá aos jovens para desenvolverem o sentido crítico e o espírito de cidadania. Depois de constituída a mesa que iria presidir à sessão nacional do Básico, cujos presidente, vice-presidente, 1.^a secretária e 2.^a secretária eram estudantes provenientes, respetivamente, dos círculos eleitorais de Viseu, Porto, Aveiro e Faro, seguiu-se o período de perguntas aos deputados representantes de todos os grupos parlamentares no hemiciclo nacional. À vez, os seis deputados responderam às questões pertinentes colocadas pelos estudantes, relacionadas com a orgânica do Parlamento, o futuro da educação, a violência escolar e a atual conjuntura económico-financeira do país. Escusado será dizer que houve quem aproveitasse a oportunidade para veicular as ideias programáticas do seu partido e criticar as dos partidos rivais, no

que concerne aos assuntos em causa. Concluída esta fase, seguiu-se o debate sobre o tema. Mais uma vez, houve que inquirir e argumentar sobre as dezanove medidas aprovadas na véspera, nas quatro comissões. Porta-vozes ou colegas mandatados dos diferentes círculos eleitorais lá disseram de sua justiça, lembrando



políticos profissionais habituados a estas lides. Como jornalista, cumpre-me aqui salientar o quanto fiquei impressionado com a postura destes cento e trinta colegas que estiveram sentados nas bancadas da Sala do Senado. A seriedade com que assumiram as suas responsabilidades, o respeito pelos outros e, porque não dizê-lo, os dotes de

oratória da maioria permitiram-me concluir que nas sessões escolares e distritais houve critério na sua seleção. Quem sabe, no futuro, alguns deles abraçarão o mundo da política.

Cerca do meio-dia, enquanto decorria a discussão parlamentar, o Sr. Presidente da Comissão de Educação e Ciência e os jornalistas das escolas presentes nesta sessão nacional reuniram-se para uma conferência de imprensa. Na sala reservada para o efeito, cada um de nós viu satisfeita a sua curiosidade sobre os assuntos que quisemos ver esclarecidos. No meu caso, perguntei-lhe se, atendendo às estatísticas conhecidas sobre os casos de violência escolar, considerava que a legislação existente é adequada ou haveria necessidade de agravar as sanções previstas no Estatuto do Aluno. Retorquiu o entrevistado, dizendo que, no momento, tal legislação é suficiente, porém, caso venha a revelar-se ineficaz, a Assembleia da República não hesitará atualizá-la.

Com uma manhã tão atarefada, a pausa para o almoço foi bem-vinda. Novamente no espaço que associamos sempre à meditação dos monges, os alunos, professores e equipa responsável pelo programa *Parlamento dos Jovens* tiveram o seu último momento de confraternização. Já ia longe a timidez inicial entre grupos, era agora visível uma camaradagem alargada, afinal de contas, fazíamos todos parte de um pequeno núcleo de privilegiados que durante dois dias assumiu o papel de verdadeiros deputados e jornalistas, na casa que é sede do governo da nação.



Último *round*, pelas 14h00 retomou-se a sessão para aprovar a recomendação a apresentar à Assembleia da República que será eleita no próximo dia 5 de junho. Do texto final constam as seguintes medidas:

1. Introdução da “Violência em Meio Escolar” como tema obrigatório do Programa Educação para a Saúde e realização de ações de formação destinadas a professores, funcionários das escolas e encarregados de educação.

2. Investimento na formação de elementos da comunidade educativa, no sentido de se tornarem capazes de intervir, de modo imediato, perante problemas, dotando os profissionais de estratégias de prevenção e gestão/mediação de conflitos, tornando-os capazes de prevenir a sua ocorrência.

3. Estabelecimento de parcerias com entidade externas (ex. IPJ), para prevenção de comportamentos de violência em meio escolar e aprendizagem sobre como lidar com os mesmos (palestras, *workshops*, sessões de esclarecimento, ...), através de formação a dar a todos os membros da comunidade educativa. No caso específico dos alunos, esta seria, preferencialmente, nas aulas de Formação Cívica.

4. Criação de equipas multidisciplinares e heterogéneas (representantes da associação de pais, encarregados de educação, direção da escola, escola segura, GNR, associação de estudantes e representantes da ação social), com capacidade para identificar, rapidamente, os indícios das situações problemáticas no sentido de agir de modo mais eficaz, quer na prevenção, quer na reintegração de vítimas e dos agressores e na resolução dessas situações.

5. Em todas as escolas, existência de gabinetes de atendimento com psicólogos, sociólogos e outros técnicos, em serviço permanente e em número adequado, com vista ao acompanhamento psicológico de agressores e vítimas de violência, professores, funcionários e encarregados de educação, aproveitando os serviços dos Serviços de Psicologia e Orientação.

6. Existência de um psicólogo efetivo nas escolas, que realize o acompanhamento de toda a comunidade escolar; paralelamente, organização de ações de sensibilização que ajudem à reintegração dos alunos problemáticos, com o apoio de uma equipa especializada, integradas numa semana específica por período letivo.

7. Execução obrigatória de trabalhos comunitários por parte de todos os indivíduos identificados como agressores, visando levá-los a refletir sobre o seu comportamento desestabilizador, a fim de preservar e, se possível, reforçar o bom ambiente escolar.

8. Criação de um órgão/comissão no sentido de promover o ensino, com valores, aplicável a todos os alunos do ensino básico e secundário, assim como a toda a comunidade educativa, dirigido por um(a) psicólogo(a), cuja frequência será decidida pela escola e com o objetivo de ajudar cada aluno a ter maior tolerância e respeito para com a comunidade educativa.

9. Criação de estruturas de gestão de procedimentos redutores de atos de violência, designadamente equipas de vigilância, provedor da não violência e medidas penalizadoras para os agentes ativos de *bullying*.

10. Elaboração de uma campanha de sensibilização a nível nacional, direcionada para a comunidade educativa, contra a violência em meio escolar. Esta campanha deverá englobar atividades variadas, formação e conferências com o público-alvo e *outdoors*. Poderão dar o seu contributo à campanha figuras públicas e *mass media*.

Já a caminho da reta final, houve tempo, ainda, para as últimas alegações dos porta-vozes distritais. Cada um, no seu tempo de antena, aproveitou a ocasião para exaltar as vantagens deste programa e apelar à sua continuidade, enaltecer o mérito próprio no sucesso de tal iniciativa, agradecer o apoio dos professores e colegas... Foi um momento com alguma carga emocional.



Por volta das 15h30, o encerramento da sessão nacional 2011 do *Parlamento dos Jovens* do Ensino Básico coube ao Presidente da Comissão de Educação e Ciência e à Dra. Maria José Afonso, responsável atual pelo programa. O primeiro, nas suas palavras finais salientou que os jovens são o futuro, que também têm ideias válidas e que sem diálogo e debate, a educação no nosso país não pode evoluir e melhorar. A segunda reafirmou o discurso do seu antecessor, elogiou a atitude dos estudantes e a qualidade das suas intervenções e referiu que é a eles que se deve o êxito de tão bem sucedido projeto, cuja mentora é a Dra. Julieta Sampaio. Esta, sempre presente nos dois dias da sessão, orgulhosa e sorridente, aplaudiu da bancada os protagonistas desta aventura parlamentar e também ela própria foi alvo de uma calorosa ovação. Terminava assim uma experiência que nunca mais iremos esquecer. Excelente trabalho, deputados! Esperamos, agora, que os parlamentares eleitos nas próximas legislativas atendam ao que foi aprovado neste hemiciclo.

De regresso a casa e à escola, trazíamos a certeza da missão cumprida, embora conscientes de que o exercício da cidadania não se esgota em atos pontuais. É necessário continuar a fazer ouvir a nossa voz e ajudar a construir uma sociedade mais justa, mais esclarecida, mais solidária, mais pacífica.

Ficamos a aguardar o desafio do próximo ano letivo.

Gonçalo Moreira
Repórter da E.B. 2, 3 de Paredes



- 1- Eleições na E.B. 2,3 de Paredes.
- 2- Grupo de deputados eleitos na sessão escolar da E.B. 2,3 de Paredes, no final do encontro com a deputada Raquel Coelho (PSD).
- 3- Deputados e jornalistas do distrito do Porto, terminados os trabalhos da comissão 1. Estão acompanhados do assessor Joaquim Ruas e das deputadas Helena Rebelo (PS) e Heloísa Apolónia (PEV).
- 4- Salão dos Passos Perdidos.
- 5- Atuação da orquestra “Os Pequenos Violinos da Metropolitana”.
- 6- Rui Miranda, porta-voz do distrito do Porto, no uso da palavra durante a sessão nacional.
- 7- Refeição e convívio nos claustros do Palácio de S. Bento.
- 8- Final da sessão plenária.

Nota: Esta reportagem foi redigida de acordo com as normas do Novo Acordo Ortográfico.